

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: PARA ALÉM DA TEORIA CRÍTICA, ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PÓS-CRÍTICA

ENTREVISTA COM **MICHÈLE SATO**

CONCEDIDA À BÁRBARA DE CASTRO DIAS

A professora Michèle Sato¹ foi a sexta entrevistada em nossa pesquisa de mestrado: "Em Busca de uma *Práxis* em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns pesquisadores do Brasil"². Possui licenciatura em Biologia pela Universidade de Santo Amaro (São Paulo), mestrado em Filosofia pela *University of East Anglia* (Inglaterra), doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos e pós-doutorado em Educação pela *Université du Québec* (Canadá).

É docente associada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso e líder do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), além de colaboradora em várias outras universidades nacionais e estrangeiras. Colabora nas comissões editoriais de diversos periódicos e é articuladora de diversas redes ambientais. Possui várias experiências nacionais e internacionais, é bolsista produtividade do CNPq e membro do Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso.

Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9264997837722900>.

A professora Michèle Sato foi a pesquisadora apontada pelo professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro, para que a pesquisa seguisse a sua proposta de desenvolvimento: os três pesquisadores inicialmente selecionados deveriam ao final de sua entrevista, indicar outro pesquisador. As demais indicações ocorreram da seguinte maneira: (1) Mauro Guimarães indicou Victor Novicki; e (2) Philippe Pomier Layrargues indicou Gustavo Ferreira da Costa Lima.

Realizamos a entrevista com a professora Michèle via *Skype*³ pois atualmente ela reside no Mato Grosso, pois é professora da UFMT. Certamente essa foi a entrevista que trouxe algumas visões novas a nossa perspectiva de pesquisa, pois, a professora Michèle costuma, como ela mesma disse transitar entre a teoria crítica e as pós-críticas em seu trabalho de educação ambiental, inclusive ela ressalta que uma não é contrária a outra e ambas podem ser complementares: "Agora, quem transita na

¹ A autorização para a publicação dessa entrevistas foi concedida pela professora Michèle Sato, via e-mail, no entanto, o material não passou por ponderação/revisão da mesma.

² DIAS, B.C. Em Busca de uma *práxis* em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns Pesquisadores do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ, 2013.

³ Skype é um software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz.

pós-crítica tem a crítica como base, isso é fato. Então ela não é contrária, não são coisas contrárias: “Há! Isso aqui é isso e isso aqui é contra isso”, [...] ela mantém a base ainda, mas ela avança para outro lado.”

Para nós o interessante foi perceber e tentar entender, durante a entrevista o que seria esse “outro lado” que a professora Michèle propunha, e em um trecho de sua fala, identificamos alguns desses elementos da teoria pós-crítica “uma perspectiva pós-crítica [...] autoriza o sonho. Quando você autoriza o desejo você dá vazão à imaginação nessas contações de histórias, nessas narrativas”. Segue abaixo a entrevista com a professora Michèle Sato:

Bárbara: Nossa pesquisa é sobre os elementos que compõem a *práxis* em educação ambiental crítica. O que você pode nos falar sobre esse assunto?

Michèle: Eu acho que a educação, de uma forma geral, vem de um cunho bastante tradicional. E existe uma tentativa de romper com essa visão tradicional, hierárquica, do professor que domina tudo. Aí vem uma perspectiva crítica que é a perspectiva socioambiental, ou seja, de incluir uma dimensão social na questão ambiental que confere um posicionamento político, frente aos dilemas que a humanidade sofre.

Mas aí o questionamento político não é bastante. É só ser um pensador da esquerda, o pensador que revoluciona e que tenta trazer os princípios de Marcuse, de Adorno, de Marx e de outros pensadores da esquerda nessa atuação. Eu acho que a contribuição dessa educação ambiental crítica, ela vem nesse sentido de afastar um pouco a ingenuidade, a imaturidade da educação ambiental, mas também não só em sua ingenuidade e imaturidade, mas seus aparatos hierárquicos que conseguiu com uma educação que existe hoje em dia, mas que não mais se sustenta.

Para provocar um pouco esse tema de mestrado, eu também quero falar que há correntes pós-críticas. Ou seja, ela é residual, ela mantém a base marxista do pensamento, mas também vai um pouco além. Então, esses são os arranjos pós-modernos que estão vindo por aí, que não é mais uma fenomenologia centrada no humano: é uma Ecofenomenologia; uma fenomenologia que considera para além do humano. São os diálogos e debates que estão chegando hoje no contexto da academia e que eu acho que vale a pena darmos atenção para essas coisas. Eu componho hoje a Relatoria Nacional de Direitos Humanos.

Bárbara: O que é, e como funciona essa Relatoria?

Michèle: É uma comissão de Direitos Humanos do Brasil, da sociedade civil, cuja função é dar um contra-enfoque. Veja isso: o Governo tem a Secretaria de Direitos

Humanos e faz a relatoria; mas na maioria dos casos o maior agressor é o Governo. Então, é preciso que tenha um contra-enfoque. Esse povo é extremamente antropocêntrico, pela visão crítica; pela perspectiva marxista tem uma postura bastante interessante, mas só passou a enxergar o comportamento humano, o que eu acho uma pena. Esse é um legado da modernidade que valeria a pena desconstruir, mesmo que seja uma postura crítica. Mas eu acho que só se for uma postura crítica, para inclusão total da visão, não só dos humanos.

Bárbara: Quando comecei a fazer essa pesquisa eu tinha na minha cabeça essa questão da teoria separada da prática, mas depois de ouvir outros professores já estou vendo que uma coisa vai complementando a outra. Você já falou do elemento político à questão socioambiental, mas poderia dizer outros elementos?

Michèle: Essa coisa de achar que a pesquisa é teoria e prática também é um legado da modernidade. Eu trabalho com fenomenologia e dentro desses contextos filosóficos nós abraçamos três dimensões interligadas que são inseparáveis, em minha opinião. Então, essa teoria que faz esse campo teórico eu chamo de epistemologia do patrimônio já consagrado. Particularmente, não é só o saber acadêmico, esse que fazemos na universidade, mas também o saber popular, que está invisibilizado por essa sociedade hierárquica.

A segunda esfera é a prática, mas a prática sem teoria fica solta, aí é uma *práxis*, é uma segunda dimensão, é a prática, a ação refletida na reflexão e a vivência e um conjunto de signos que existem nessa parte empírica; nessa parte vivida, nessa parte praticada, enfim.

Uma terceira dimensão que eu acho que é muito importante é a dimensão *axiomática*, é a dimensão de valores, de *axiomas* éticos, políticos. Porque a Bárbara está fazendo em teoria crítica, ela tem uma história para contar, se ela não tivesse uma história de valores para contar ela não assumiria fazer uma dissertação em teoria crítica. Ela poderia fazer em reciclagem de latinhas, mas ela tem outra coisa: valores, e esses valores, em minha opinião, dão o mote, eles é que caminham, eles é que trazem o sujeito para dentro da educação ambiental.

E o marxista mostra isso, mas eu aprendi a valorizar muito isso daí na minha vivência com o pessoal dos Direitos Humanos, que tem a espiritualidade, tem o sujeito em si, não apenas o sujeito coletivo, mas o sujeito individual tem o que ele acredita, tem o que ele acha, tem o que ele quer e, dependendo do que ele quer, ele se associa, ele se coletiviza, ele faz as relações. Então isso é muito importante. Você está pedindo um exemplo, o próprio Fred (Carlos Frederico Loureiro) é um exemplo bastante forte no Brasil, de um cara engajado que trabalhou com menino de rua, que

trabalha com pessoas excluídas dentro desse contexto e faz uma consideração ambiental pedagógica que tem um olhar evidentemente marxista, um olhar crítico. Eu acho que ele é a pessoa da educação ambiental mais crítica.

Bem, eu também trabalho com essa perspectiva. Tenho uma prática dentro de um quilombo (acho que fui uma das pioneiras do Brasil de tratar educação ambiental quilombola), então partimos da premissa que todo dano ambiental tem associado com ele um dano social. Chamamos isso de justiça ambiental. Assim, no caso específico do quilombo, nós testemunhamos diversas ações de racismo ambiental. Essa perspectiva é tentar construir uma educação ambiental e com essa gente na perspectiva crítica significa fazer com que essas pessoas consigam ter um poder de elas mesmas gerenciarem essa esperança da melhoria da qualidade de vida, numa direção completamente questionável, o que é qualidade de vida?

Mas existem outras perspectivas: uma trabalha no Espírito Santo, com aquelas mulheres paneleiras. Elas fazem as painéis, elas sofreram um desgaste no passado também, mas vai da valorização da cultura, uma perspectiva crítica, eu acho importante. Há um trânsito da crítica para a pós-crítica sempre. Quer dizer que algumas pessoas, não como o Fred que é supercrítico, estão nesse processo de trânsito, inclusive eu: um pouco lá, um pouco cá.

Bárbara: Entrevistando o Philippe Layrargues, ele questionou se é possível sair de uma educação ambiental conservadora e ir para uma crítica, ou sair da crítica e ir para uma pós-crítica, ou às vezes a pessoa se encontra ali naquele modo de fazer e mesmo sabendo da existência de outros modos de pensar educação ambiental, fica naquilo, não alcança ou não acha interessante. Será que seria um processo de "evolução", sair de uma conservadora, no caso o próximo passo seria a crítica e depois talvez uma abordagem pós-crítica?

Michèle: Não creio nessa linha evolutiva, eu creio que existem as três coisas simultaneamente e aí, com todo carinho às pessoas da teoria crítica, ela não é a melhor de todas. Cada um tem seu apoio, mas uma pessoa da tradicional que não consegue enxergar a importância da vida, que tem uma educação superconservadora, pela nossa ótica ela tem equívocos, mas é difícil julgar o outro assim. É preciso pegar leve. Na antropologia falamos assim: "a gente não entra com as botas sujas no santuário alheio". Então, onde você vai lançar a crítica com essa divisão?

Eu não acho que há uma linha evolutiva, mas eu acho que há uma linha de opção das pessoas de acordo com a corrente que querem. Agora, quem transita na pós-crítica tem a crítica como base, isso é fato. Então ela não é contrária, não são coisas

contrárias: “Há! Isso aqui é isso e isso aqui é contra isso”, não é, é residual, ela mantém a base ainda, mas ela avança para outro lado.

Bárbara: Além da dissertação, estamos tentando fazer um material didático; algum produto educativo⁴ para deixar para os professores, pois percebo, como professora e pesquisadora da área, o quanto a educação ambiental crítica ainda é desconhecida. Saindo da Academia ela é pouco conhecida nas escolas, na educação mesmo, na vivência da escola, e a minha ideia é contribuir um pouco para mudar esse quadro, fazendo um material com esses elementos de uma educação ambiental crítica. Para isso, eu sempre peço para os pesquisadores apontarem algumas práticas dentro desse contexto da educação ambiental crítica, que possam desenvolvidas pelos professores que terão acesso a esse material didático a ser construído.

Michèle: Material didático é outro debate; é outra dissertação porque daí tem que relativizar também a importância disso e valorizar muito esse material. Você pode recorrer numa coisa chamada tecnicismo, que é exatamente contrário à teoria crítica. Não se usa material como fórmula para se trabalhar algum assunto porque, se não, não precisa nem de uma discussão política: basta fazer um monte de material e pronto, está acabado.

E no mundo da internet hoje, eu não creio que falte material, eu não creio que falta informação. “Ah! Mas a teoria crítica é desconhecida dos professores”. Não por causa da informação, não porque faltam materiais. Ao contrário, tem excesso de informação que hoje dá conta de tudo. Uma das minhas responsabilidades nos Direitos Humanos é fazer uma sistematização das principais notícias que circulam no Brasil, e eu não dou conta. É um volume de informação medonha. Então, uma das coisas que está faltando é uma formação crítica para essa gente, para esses professores, e aí as Licenciaturas têm um papel essencial, mas também uma formação continuada. As Secretarias de Educação têm que promover esses encontros periódicos com os professores para inteirar.

Voltando na questão de um material, o melhor fazermos esse material junto com eles. Então se faz um processo formativo, discute, debate essa questão e aí junto com eles você faz o material. Por exemplo, lá em Mata Carvalho tive essa experiência: nós demos câmera fotográfica para os quilombolas e pedimos para eles registrarem e eles registraram o que é coisa ruim e o que é coisa boa e o projeto de vida que eles querem para o futuro. Então fizemos um mapa, eles desenharam com

⁴ Na época da realização das entrevistas, não tínhamos ainda ideia de que esse produto educativo seria na verdade a organização e publicação das próprias entrevistas. O objetivo desse produto, além do pré-requisito para a conclusão do mestrado profissional, era a divulgação de alguma forma, desse material de pesquisa, a quem acreditamos ser os maiores interessados no acesso a essa informação: os professores e os educadores ambientais.

as fotografias, eles foram falando, então um material que você pode dar *download* através de um *link* tem muitas falas deles, tem muitas fotografias deles. Quando esse material, que é um catálogo pedagógico, ficou pronto, eles gostaram tanto, que mesmo tendo sido feito por eles, deles se apropriaram e esse material hoje, oficialmente, faz parte do material do EJA (Educação de Jovens e Adultos) da região.

Outra experiência que tivemos foi com os indígenas. Trabalhamos um pouco sob a perspectiva sobre o que é a avaliação ecossistêmica. Eu me lembro de que trouxemos lá da Austrália, mas foi embora e trabalhamos com essa avaliação ecossistêmica. Então eles desenharam, eles falaram e o material foi muito do que eles falaram e do que eles construíram. Então a aceitação deles foi alta, porque foram eles que fizeram. Tudo bem que eles não fizeram sozinhos, nós fizemos com eles, mas a participação deles foi muito importante. Então esse material pedagógico que você quer fazer não pode ser da Bárbara e do seu orientador para os professores, tem que ter um diálogo: ds professores, da Bárbara e do Orientador, juntos.

Bárbara: Mas esse material que pretendo fazer não vai tentar ser uma fórmula exatamente. Até porque eu também concordo com essa questão de que criar um material fechado não seja aplicável em todas as situações, mas talvez para deixar disponibilizado – não um procedimento com práticas em educação ambiental crítica, que considero que seria incoerente – mas algumas pistas. Pistas para mim são um pouco diferentes de práticas, seriam pistas que levassem ao desenvolvimento justamente desse pensar e dessa reflexão um pouco maior.

Michèle: Se for só orientação como está sendo dito, com pistas, mesmo se for só assim (pois ninguém tem a pretensão de construir uma receita), esse processo tem que ser participativo, caso contrário pode virar um material a mais que vai ser desconhecido e, conseqüentemente, não vai ser usado.

Bárbara: Concordo que há muita informação na Internet, assim como concordo que talvez não haja falta de material, mas as pessoas não conseguem ter acesso a tudo isso. Além disso, não vi tanto material assim na Internet. Vi alguns artigos soltos, nenhum site específico, alguma seleção ou orientação básica para quem está começando a se interessar pela educação ambiental crítica.

Michèle: Retomando um pouco sobre o não ter nada na Internet, eu acho que esse é o perfil da teoria crítica: não apresentar receitas, não apresentar coisas prontas, mas fazer que o professor, criticamente, seja capaz de elaborar as coisas. Acho que seria até contraditório se achássemos coisas prontas. Em inglês temos muitas informações, material, tem o *Journal of the Critical Theory*, onde você navega

incansavelmente. E o que mais encontramos são coisas em teoria crítica. Então, entendo que na língua portuguesa é que está faltando. Na língua francesa eu nunca experimentei, mas deve ter; em espanhol tem um pouquinho, mas em inglês em bastante coisa.

Bárbara: Você teria um exemplo de experiência pós-crítica para nos dar?

Michèle: Sim, eu posso dar uma experiência pós-crítica, que é uma experiência com os indígenas. Eu trabalho com mitologia indígena e nós fizemos dois seminários, trouxemos pajés, xamãs, anciãos e pessoas da comunidade indígena para discutir os mitos, o que eram os mitos, para os índios. Temos aí uma comunidade indígena que não consegue discernir entre história e mitologia; para eles é uma coisa só. Quando pedimos para eles contarem a história da origem deles, entendemos o que eles contam como uma mitologia. A origem dos Bakairi, contada por eles, é uma árvore que casa com um homem e aí nasce o primeiro índio Bakairi.

Na grande parte da mitologia indígena, vai um pouco de contramão contra as mitologias gregas e mitologias romanas onde de uma forma geral, o ser humano vem das pedras e não das árvores. Então, qual que é a finalidade disso para nós entendermos que o que é o espaço sagrado, quais são esses fenômenos sagrados e como essas coisas majoritariamente entram na literatura infanto-juvenil. E as pessoas não dão crédito para isso, acham que é besteira, que é mentira, é mito, é lenda. Mas não é para índio! O índio não vê assim. Então, como fazer a construção de políticas públicas críticas que favoreçam a demarcação de terras indígenas e toda inclusão social desses indígenas? Se você não souber a história deles, que é a mitologia, você não consegue fazer essa inclusão. Porque a questão não é o branco fazer política pública para o índio; é o branco e o índio juntos fazendo políticas públicas. Por esse viés da política pública é uma teoria crítica, mas quando você fala em sonho, devaneio, muito aí ela já é pós-crítica.

Enfim, o que eu estou tentando dizer é que é um trabalho em uma perspectiva crítica, desde que a gente consiga fortalecer as políticas públicas considerando uma visão mais progressista e menos conservadora, que alia ser humano e natureza. E não ficar só falando de passarinho, etc. Porém é também uma perspectiva pós-crítica a partir do momento que você autoriza o sonho. Quando você autoriza o desejo você dá vazão à imaginação nessas contações de histórias, nessas narrativas.

Bárbara: Talvez a teoria crítica seja muito dura e não traga esses elementos, já a pós-crítica poder trabalhar e sensibilizar melhor os indivíduos?

Michele: Eu considero que a teoria pós-crítica é uma perspectiva marxista. Com certeza é uma teoria crítica no sentido de fazer uma leitura do mundo, do que está

acontecendo, de incluir as pessoas, de associar as pessoas à natureza; porém eu acho que tem a arte, acho que tem o sentimento, que tem a mitologia, tem sonho, que são elementos que não foram valorizados pela teoria crítica e eu acho que são importantes para serem incorporados.

Principalmente se você trabalha com comunidades carentes, como os quilombolas que são altamente religiosos, pela matriz africana de candomblé ou umbanda, ou pela história. Seja pelos indígenas do pantaneiro quando ele vai ler os signos da natureza, ele sabe olhando passarinho o que vai ser. São esses elementos que naquele momento da elaboração da teoria crítica não valeria à pena se gastar tanto tempo se falando. O mais importante era combater a teoria tradicional; mas eu acho que é sempre bom fazermos releituras sobre esses processos.

Bárbara: Estamos caminhando para o final da nossa entrevista e costumo deixar um espaço para o pesquisador entrevistado finalizar com uma consideração final, você poderia nos conceder um fechamento para a entrevista?

Michèle: Para finalizar posso contar outra história que não seja investigativa, mas que seja de militância, que está inserida totalmente na teoria crítica. A plataforma da DHESCA, Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais tem cinco relatorias: educação, cidade, campo, saúde e gênero. E nós do meio ambiente fomos privilegiados de ter duas relatorias: eu e a Cristina Faustino que é uma mulher guerreira, lá do Ceará, que trabalha com negros, mulheres e caçaras.

Pois bem, nós privilegiamos alguns estudos de casos. Um é o caso da mineração lá no Maranhão; outro caso é o dos indígenas (vamos pegar duas etnias os Kaiowá) do Mato Grosso do Sul e o último item é o da Economia Verde: quais são as populações enganadas com essa economia verde. Com a nossa intervenção no sentido de proteger essas pessoas dentro de uma perspectiva crítica, porque os Direitos Humanos não trabalha com gente da direita, pois é gente da direita que está promovendo essa exclusão e esse capital medonho que promove toda essa violência humana e ambiental.

Dentro dessa perspectiva é uma teoria crítica genuinamente consolidada, e eu tenho algumas críticas a isso, acho que eles são muito radicais em centrar o ser humano, tanto que é direitos humanos e eu acredito em direitos da terra. E o direito animal? E as touradas? As barbaridades de menino de rua matando cachorro e gato na rua?

Precisa ter essa consideração mais ampla e é por isso que eu digo que a teoria crítica às vezes não dá conta de trabalhar com tudo; volta e meia é preciso deslocar um pouco desse lugar que nós estamos falando para fazer essas considerações.

Talvez eu tenha sido uma das únicas pessoas na relatoria de Direitos Humanos a sempre estar logrando essas outras posições. Por exemplo, eu gosto muito da Carta da Terra, porque é um documento que envolve todas essas questões. Eu acho que é isso, basicamente essa é outra experiência da teoria crítica, mas esta ligada à militância, mas há uma inserção evidentemente crítica. E a Carta da Terra engloba não só a humanidade, mas o planeta Terra como um todo. □



Revista
Ciências & Ideias